

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES -- ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series } (As 3 séries) }	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

(Department of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases

Order

CML-(Z-463, 721, 801)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron held by Shri Vassudeva Guiri Quenim, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act,) and the Rules made thereunder.

Case No.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.º	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-463	16 of 18-6-1955	Oxide of Iron	Sem Denominação especial.	56.7900
Z-721	14 of 17-8-1959.	Oxide of Iron	Goul Mol e ter. adjts.	91.6800
Z-801	3 of 17-7-1963	Oxide of Iron	Culnasoddo e outros.	77.8940

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question, stand modified as follows:—

1. The period of the leases shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.
2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards.	Rs. 37-50

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Portaria

CML-(Z-463, 721, 801)/70-G

Ao abrigo das "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do arrendamento das minas de óxido de ferro, em posse do Sr. Vassudeva Guiri Quenim, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foram expedidos avisos ao arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, sejam modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the lease area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deeds. The royalty, the dead rent, surface rent, etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deeds and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 12th May, 1970.

Order

CML-(Z-694, 695)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron held by Shri Ranum Dotu Porobo Loundo, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-694	14 of 9-5-1959	Oxide of Iron	Damochemcho advo e ter. adj.	71.5140
Z-695	15 of 9-5-1959	Oxide of Iron	Santona soddó e ter. adjts.	70.4970

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare durante os próximos cinco anos, e a razão, de Rps. 37-50 após este, e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos, e a razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos de privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos de privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

“Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 12 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-694, 695)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro, em posse do Sr. Ranum Dotu Porobo Loundo, para que os mesmos arrendamento estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question stand modified as follows:

1. The period of the leases shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.
2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modifications.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated, 12th May, 1970.

Order

CML-(Z-457)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica: —

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir: —

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 12 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-457)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Diogo João Sequeira, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro e manganês em posse do Sr. Diogo João Sequeira, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-457	10 of 16-4-1955 T. T. 24-4-1961	Oxide of Iron and Man- Manganese.	Chaufericho advo.	97.8000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stand modified as follows:

1. The period of the lease shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e, após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated, 14th May, 1970.

Order

CML-(Z-786)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron held by Smt. Delfina Leopoldina Nunes, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Area em hectares
Z-786	21 of 17-6-1960	Oxide of Iron.	Patagonga ou Patonat	100.5052

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stand modified as follows:

1. The period of the lease shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 14 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-786)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro em posse da Sr.ª Delfina Leopoldina Nunes, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de trinta anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25.00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

"except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time".

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated, 14th May, 1970.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Office of the Collector of Goa

Order

LS/REV/327/69/2864

Whereas the Government land known as «Onticho Borodo» situated at Gonteli of Satari Taluka, shown in the plan no. 13105, was assigned to Shri Ali Can, under Alvara No. 1005 dated 6-11-1940.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on the assignee Shri Ali Can, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas no reply to the show cause notice has been received from said Shri Can.

Now, therefore, I, P. S. Bhatnagar, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

P. S. Bhatnagar, Collector of Goa.

Panaji, 27th May, 1970.

Secretariat Administration Department

Order

SAD/PER/405

Shri W. G. Ranadive, Revenue Secretary is granted earned leave for 120 days with effect from the date of his relief by Shri J. C. Almeida.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 14 de Maio de 1970.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/327/69/2864

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Onticho Borodo», sito em Gonteli do concelho de Satari, indicado na planta n.º 13105, que havia sido concedido ao Sr. Ali Can, por Alvará n.º 1005, de 6 de Novembro de 1940;

Considerando que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto, em infracção do disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917;

Atendendo a que o concessionário Sr. Ali Can, foi avisado para apresentar razões justificativas de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto;

Tendo em consideração que não foi recebida nenhuma resposta do Sr. Can, ao aviso acima referido;

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, P. S. Bhatnagar, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado, seja revertido ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

P. S. Bhatnagar, Collector de Goa.

Panagi, 27 de Maio de 1970.

Departamento de Administração da Secretaria-Geral

Portaria

SAD/PER/405

São concedidos ao sr. W. G. Ranadive, Secretário de Rendimentos, 120 dias de licença disciplinar, com efeito a partir da data em que for substituído pelo Sr. J. C. Almeida.

On expiry of leave, his services are replaced at the disposal of the Government of Maharashtra.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Deputy Secretary, (Appointments).

Panaji, 25th May, 1970.

Finance (Revenue) Department

Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/2490/67

In partial modification of Government Notification No. Fin(Rev)/2-41/2490/67 dated 18-11-1967, the words «entire proceeds» appeared therein should be read as «net proceeds».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 23rd May, 1970.

Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/1140/70

In partial modification of Government Notification No. Fin(Rev)/2-41/Part/1047/70, dated 22-5-1970, the words «Hell with the Heroes» appearing therein should be read as «The Jokers».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 29th May, 1970.

Law and Judicial Department

Order

LD/9/15/68

In pursuance of Rule 24 of the Goa, Daman and Diu Civil Service (Judicial Branch) Rules, 1970, the Administrator of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint Shri Antonio Orlando Lobo, Notary Public, Land Registrar-cum-Head of the Office of the Registers and Notary Services, Panaji as Grade I officer under the said Rules on an adhoc and purely temporary basis, with effect from the date on which he takes over charge as District Registrar in accordance with the directions mentioned hereunder.

2. And further in exercise of the powers conferred by Section 6 of the Indian Registration Act, 1908, Shri Lobo is appointed as Registrar of Goa District with effect from the date on which he takes over charge from Shri M. S. Borkar, Under Secretary (Law) Secretariat, Panaji.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.

Panaji, 27th May, 1970.

Notification

LD/4/8/68-70

In exercise of the powers conferred by section 12 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Union territory of Goa, Daman and Diu, the Lieutenant Governor,

Após o termo da licença, os seus serviços são repostos à disposição do Governo de Maharashtra.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 25 de Maio de 1970.

Departamento das Finanças (Receita)

Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/2490/67

Alterando, em parte, o despacho do Governo n.º Fin(Rev)/2-41/2490/67, datado de 18 de Novembro de 1967, as palavras onde se lê «receita total», devem ler-se como «receita líquida».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 23 de Maio de 1970.

Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/1140/70

Alterando, em parte, o despacho n.º Fin(Rev)/2-41/Part/1047/70, datado de 23 de Maio de 1970, as palavras onde se lê «Hell with the Heroes» devem ler-se como «The Jokers».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panaji, 29 de Maio de 1970.

Departamento de Justiça

Portaria

LD/9/15/68

De harmonia com a norma 24.º do «Goa, Daman and Diu Civil Service (Judicial Branch) Rules, 1970», o Administrador de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. António Orlando Lobo, «Notary Public, Land Registrar-cum-Head», da Repartição dos Registos e Notariado, Panaji, como oficial de 1.ª classe, ao abrigo das ditas normas sob bases de carácter puramente temporário, com efeito a partir da data em que o mesmo assumir as funções de «District Registrar», de acordo com as instruções mencionadas em virtude desta.

2. E mais, no uso das faculdades conferidas pelo artigo 6.º do «Indian Registration Act, 1908», o Sr. Lobo, é nomeado como Registador do distrito de Goa, com efeito a partir da data em que tomar entrega do Sr. M. S. Borkar, Subsecretário (Justiça) da Secretaria, Panaji.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

M. S. Borkar, Subsecretário.

Panaji, 27 de Maio de 1970.

Despacho

LD/4/8/68-70

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 12.º do «Code of Criminal Procedure, 1898», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-

Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri A. Venkatratnam, officiating Deputy Collector South Goa Sub-Division, Margao as Magistrate of the First class with immediate effect.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.
Panaji, 28th May, 1970.

Corrigendum

LD/4/85/68-69

In line one of order No. LD/4/85/68-69 dated 27th April, 1970, published in the Government Gazette Series II, No. 6, dated 7th May, 1970 for the word «abolish» the word «abolishes» shall be substituted.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.
Panaji, 15th May, 1970.

Office of the Chief Electoral Officer

Notification

19-4-69-Elec.

The following notification no. 154/22/70 dated 8-5-1970 received from the Election Commission of India, New Delhi, is hereby published for general information.

M. S. Borkar, Under Secretary (Law).
Panaji, 25th May, 1970.

Election Commission of India

Talkatora Road, New Delhi-1
Dated the 8th May, 1970
Vaisakha 18, 1892(Saka)

Notification

No. 154/22/70. — In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 13A of the Representation of the People Act, 1950, the Election Commission, in consultation with the Administration of the Union Territory of Goa, Daman and Diu, hereby nominates Shri T. Kipgen, Development Commissioner, Goa, Daman and Diu Administration, as the Chief Electoral Officer for the Union Territory of Goa, Daman and Diu from the 4th May, 1970 vice Shri Om Prakash Garg granted leave.

By order,

ROSHAN LAL
Secretary to the Election Commission of India.

Local Self Government Department

Notification

LSG-MUN-1769-68-A

The Administrator of Goa, Daman and Diu hereby accepts with immediate effect, the resignation dated 31-3-1970 tendered by Shri Nagoji Naik Prataprau Sardessai from the membership of «Camara Municipal» of Ponda.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. K. Bhandare, Under Secretary Local Self Government Department.
Panaji, 29th May, 1970.

-tenente de Goa, Damão e Dio, nomeia o Sr. A. Venkatratnam, Collector adjunto interino, da sub-divisão do sul de Goa, Margão, como Magistrado de 1.ª classe, com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

M. S. Borkar, Subsecretário.
Panaji, 28 de Maio de 1970.

Corrigenda

LD/4/85/68-69

Na primeira linha da portaria n.º LD/4/85/68-69, de 27 de Abril de 1970, publicada no *Boletim Oficial* n.º 6, 2.ª série de 7 de Maio de 1970, a palavra «abolish» deve ser substituída pela palavra «abolishes».

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

M. S. Borkar, Subsecretário.
Panaji, 15 de Maio de 1970.

Repartição do Oficial Eleitoral-Chefe

Despacho

19-4-69-Elec.

Para conhecimento geral, a seguir se publica o despacho n.º 154/22/70, de 8 de Maio de 1970, da Comissão Eleitoral da Índia, de Nova Delhi.

M. S. Borkar, Subsecretário (Justiça).
Panaji, 25 de Maio de 1970.

Comissão Eleitoral da Índia

Talkatora Road, Nova Delhi-1,
8 de Maio de 1970.
Vaisakha 18, 1892(S)

Despacho

N.º 154/22/70. — No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 13A do «Representation of the People Act, 1950», a Comissão Eleitoral, de consulta com a Administração do território da União de Goa, Damão e Dio, nomeia o Sr. T. Kipgen, Comissário de Fomento da Administração de Goa, Damão e Dio, como Oficial Eleitoral-Chefe para o território da União de Goa, Damão e Dio, a partir de 4 de Maio de 1970, em substituição do Sr. Om Prakash Garg, que se encontra de licença.

Por ordem,

ROSHAN LAL
Secretário da Comissão Eleitoral da Índia.

Departamento de Administração Autónoma

Despacho

LSG-MUN-1769-68-A

O Administrador de Goa, Damão e Dio, aceita o pedido de resignação, datada de 31 de Março de 1970, do Sr. Nagoji Naik Prataprau Sardesai, como vogal da Câmara Municipal de Pondá, com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

M. K. Bhandare, Subsecretário do Departamento de Administração Autónoma.
Panaji, 29 de Maio de 1970.

Corrigendum

LSG/MUN/3182/68-E

In the Schedule appended to Government Notification Local Self Government Department no. LSG/MUN/3182/68-E dated 31-3-1970:—

- (i) in column 2, for the words «Ganapati Temple» appearing against the entry «Ponda Municipal Area» in column 1, substitute the words «Santeri Temple»; and
- (ii) in column 2, delete the brackets and word «(Maulinguem)» appearing against the entry «Bicholim Municipal Area» in column 1.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. K. Bhandari, Under Secretary (Local Self Government).
Panaji, 22nd May, 1970.

Food and Civil Supplies Department

Public Works Department

Principal Engineer's Office

Order

PWD/1477/10/70-71

Read:—Report no. PWD/SEII/30/70, dated 14-4-70 of the Superintending Engineer II, P.W.D.

Sanction of the Government is hereby conveyed to the transfer of the Municipal Road, Mungol to Seraulim in a length of 1.5 Kms., to the Public Works Department, for its maintenance and improvement, with immediate effect.

This is issued with the concurrence of the Finance Department, vide their u.o. no. Fin(E)/1972/70, dated 16-4-70.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

J. S. Pinto, Principal Engineer.

Panaji, 29th May, 1970.

Development Department 'A'

Corrigendum

CDB/1028/68

Read: Government Order no. CDB/1028/68 dated 23-9-68, regarding formation of Block Advisory Committee of Canacona Block.

In the Government Order cited above the name of Sarpanch of the Village Panchayat of Nagarse-Palole may be read as Shri Vithal Mortu Naik Gaonkar in place of Shri Balchandra A. Kankonkar, since expired.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Development).

Panaji, 26th May, 1970.

Labour and Information Department

Notification

IT/PL-FRMG/70

Whereas it appears to the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that

Corrigenda

LSG/MUN/3182/68-E

No quadro anexo ao despacho do Departamento de Administração Autónoma n.º LSG/MUN/3182/68-E, datado de 31 de Março de 1970:—

- (i) na 2.ª coluna, as palavras «Templo de Ganapati», em relação a rubrica «Área Municipal de Pondá» na 1.ª coluna, devem ser substituídas por «Templo Santeri»; e
- (ii) na 2.ª coluna, omitir os parênteses e palavra «(Maulinguem)», em relação a rubrica «Área Municipal de Bicholim», na 1.ª coluna.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

M. K. Bhandari, Subsecretário (Administração Autónoma).
Panaji, 22 de Maio de 1970.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Serviços das Obras Públicas

Repartição do Engenheiro-Chefe

Portaria

PWD/1477/10/70-71

Ref:—Relatório n.º PWD/SEII/30/70, datado de 14 de Abril de 1970, do Engenheiro Superintendente II, dos Serviços das Obras Públicas.

O Governo transmitiu a sua aprovação da transferência da rua municipal Mungol a Seraulim, no comprimento de 1.5 Kms., para os Serviços das Obras Públicas, para a sua conservação e desenvolvimento, com efeito imediato.

Esta é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, dada por sua nota n.º Fin(E)/1972/70, de 16 de Abril de 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

J. S. Pinto, Engenheiro-Chefe.

Panaji, 29 de Maio de 1970.

Departamento de Fomento 'A'

Corrigenda

CDB/1028/68

Ref: Portaria n.º CDB/1028/68, datada de 23 de Setembro de 1968, relativa à constituição da Comissão Consultiva de Canacona.

Na portaria acima citada, o nome do presidente do panchayat aldeano de Nagarse-Palole, deve ler-se como Sr. Vithal Mortu Naik Gaonkar, em vez de Sr. Balchandra A. Kankonkar, ora falecido.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Fomento).

Panaji, 26 de Maio de 1970.

Departamento de Trabalho e Informação

Despacho

IT/PL-FRMG/70

Atendendo a que o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o

the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. for construction of a tourist dormitory.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the land Acquisition Officer, Collector's office, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

3. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

- 1) The Collector of Goa, Panaji.
- 2) The Land Acquisition Officer, Collector's office, Panaji.
- 3) The Director of Land Survey, Panaji.
- 4) The Principal Engineer, PWD, Panaji.

4. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Land Acquisition Officer, Panaji for a period of 30 days from the date of publication of this Notification in the Government Gazette.

terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção de um dormitório para turistas.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer, Repartição do Collector, de Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

3. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. «Land Acquisition Officer», Repartição do Collector, Panaji.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

4. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do «Land Acquisition Officer», Panaji, pelo período de 30 dias, contado da data da publicação deste, no *Boletim Oficial*.

SCHEDULE — QUADRO

(Description of the said land) — (Descrição do aludido terreno)

Taluka	Village	Comunidade Lot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate Area in Sq. mts.
Concelho	Aldeia	Comunidade Terreno n.º	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Ponda	Bandora	XI, XII (part) XIII (part)	—	Comunidade of Bandora.	136600

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

D. N. Barua, Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 16th May, 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

D. N. Barua, Secretário do Departamento de Indústria e Trabalho.
Panaji, 16 de Maio de 1970.

Notification

LC/1/(IT93)/70/472

The Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to accept the resignation tendered by Shri V. A. Naik, Presiding Officer of the Industrial Tribunal, Goa, Daman and Diu with effect from 25th February, 1970.

2. And further in exercise of the powers conferred by section 7 A read with section 8 of the Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947), as made applicable to the Union territory of Goa, Daman and Diu, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint Shri Narayan Laxman Abhyankar, President, Industrial Court and Industrial Tribunal, Maharashtra, Bombay, as Presiding Officer of the Industrial Tribunal, Goa, Daman and Diu at Panaji constituted under the Government Notification No. LC/1/63 dated 30th October, 1963, in the vacancy caused by the resignation of Shri V. A. Naik, with immediate effect.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

S. R. Sawant, Under Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 22nd May, 1970.

Despacho

LC/1/(IT93)/70/472

O Governador-tenente de Goa, Damão e Diu aceita o pedido de resignação do Sr. V. A. Naik, Presidente do Tribunal Industrial de Goa, Damão e Diu, com efeito a partir de 25 de Fevereiro de 1970.

E mais, no uso das faculdades conferidas pela norma 7 A conjugado com o artigo 8.º do «Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947)» conforme foi aplicado ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. Narayan Laxman Abhyankar, Presidente do «Industrial Court» e «Industrial Tribunal», Maharashtra, Bombaim, como Presidente do Tribunal Industrial de Goa, Damão e Diu, em Panaji, constituído ao abrigo do despacho n.º LC/1/63, de 30 de Outubro de 1963, na vaga resultante da resignação do Sr. V. A. Naik, com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

S. R. Sawant, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.
Panaji, 22 de Maio de 1970.

GOVT. PRINTING PRESS — GOA

(Imprensa Nacional — Goa)

PRICE — 67 Ps.